

Congresso quer punição exemplar para assassinos de Ceci Cunha

Parlamentares reúnem-se no plenário para condenar crime bárbaro e designar comissão especial que acompanhará investigações sobre morte da deputada federal alagoana

A Comissão Representativa do Congresso Nacional se reuniu ontem no plenário do Senado para condenar, veementemente, o assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) e de seus familiares, ocorrido na quarta-feira em Maceió. Todos os representantes da Câmara, em discurso, citaram as qualidades da parlamentar e lembraram a imagem negativa que têm dado a Alagoas os freqüentes crimes políticos praticados no estado. Ao presidir a reunião, o senador Geraldo Melo informou que o ministro da Justiça, Renan Calheiros (senador licenciado por Alagoas), já havia viajado para Maceió e designado um delegado especialmente para o caso.

Foram aprovados votos de pesar à família da deputada e a criação de uma comissão, integrada pelo senador Nabor Júnior e os deputados Antonio Carlos Pannunzio e Osório Adriano, que vai acompanhar as investigações. Geraldo Melo transmitiu ao plenário as condolências do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães. Melo e os demais parlamentares cobraram das autoridades punição exemplar para os autores do crime. A médica Josefa Santos Cunha, conhecida desde criança como Ceci, foi morta a tiros logo após receber o diploma para exercer seu segundo mandato de deputada federal.

PÁGINA 3



Sob a presidência do senador Geraldo Melo (abaixo), deputados e senadores se reuniram na Comissão Representativa do Congresso Nacional para condenar crime e exigir apuração imediata e rigorosa

Elói pede atuação da Polícia Federal

Senador pede ao ministro da Justiça investigação rigorosa do crime de Alagoas.

PÁGINA 3

Para Arruda, crime é atentado à democracia

O senador José Roberto Arruda acha que a democracia brasileira também foi atingida pelos tiros disparados contra a deputada alagoana e seus familiares: "Quando se mata um parlamentar, são as instituições que são atingidas".

PÁGINA 3



Arruda diz que sociedade exige elucidação do crime

Em discurso indignado, líder do governo no Congresso afirma que assassinato “atenta contra a democracia brasileira”

O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), considerou o assassinato da deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL), ocorrido quarta-feira em Maceió, muito mais do que um ato de violência que dizimou uma família inteira. “Foi também um atentado contra a democracia brasileira. Quando se mata um parlamentar, são as instituições do país e a classe política inteira que são atingidas”, enfatizou.

Para Arruda, é preciso deixar claro, às polícias Federal e local, que não pode haver um pedaço do Brasil, Alagoas, em que crimes bárbaros acontecem, sem que a socieda-

de brasileira seja informada da elucidação dos fatos e da punição dos culpados.

“Os órgãos do governo precisam investigar a fundo, e rapidamente, esse crime múltiplo, ou a sociedade irá duvidar de sua competência e empenho”, afirmou.

O senador pelo Distrito Federal acrescentou que o Brasil ainda não esqueceu o assassinato de PC Farias, que, inexplicavelmente, até hoje permanece sem solução: “De propósito, ou não, esse crime interrompeu um caminho que deveria ter levado o país até o pleno conhecimento das pessoas, relações e responsabilidades que se

interligavam no chamado ‘esquema PC’, fato tão grave que culminou no *impeachment* de um presidente da República”.

É preciso exigir que as providências cabíveis sejam tomadas com energia, disse Arruda. “Para que acontecimentos trágicos como esses crimes não mais voltem a ocorrer, mais do que o Congresso, é a sociedade brasileira que está cobrando do Estado a investigação e punição dos responsáveis. Se isso não acontecer, vamos concluir que Alagoas é território livre, aberto ao banditismo, às negociatas e à corrupção, o que seria uma injustiça com seus cidadãos.”

Elói Portela pede que a Polícia Federal participe da investigação

Ao apoiar requerimento de pesar pela morte da deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL), aprovado ontem pela Comissão Representativa do Congresso Nacional, o senador Elói Portela (PPB-PI) pediu a participação da Polícia Federal nas investigações do crime que vitimou a deputada.

Ele lembrou a apuração de assassinato de candidato a deputado, ocorrido em Teresina, a 15 dias das eleições de 4 de outubro, e que teve o inquérito concluído em 30 dias devido ao trabalho conjunto das polícias Civil e Federal.

– Peço ao ministro da Justiça,

Elói quer “investigações rigorosas e punições exemplares aos culpados”



Renan Calheiros, também alagoano, que interceda e realize essa parceria para que as investigações sejam feitas com rigor e a

Justiça aplique punições exemplares aos culpados. Só assim será possível evitar esse tipo de crime – afirmou o senador.

Nabor destaca necessidade de identificar os mandantes

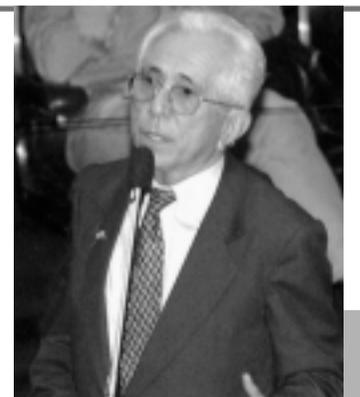
Falando em nome do PMDB, o senador Nabor Júnior (AC) expressou suas condolências pela morte da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL), dizendo que esse crime compromete profundamente não só as instituições democráticas, mas até a segurança pessoal da família brasileira.

Ele afirmou que a deputada foi abatida covardemente por sicários interessados no desassossego de Alagoas e da família brasileira. Disse que por trás desses delinqüen-

tes há mandantes, fato incompreensível nessa fase da história brasileira. E pediu que o poder público não deixe que fatos como esse continuem acontecendo no país.

– Infelizmente, os registros de crimes políticos em Alagoas já são quase uma rotina na história policial do país – constatou o parlamentar, lastimando que esses assassinatos raramente sejam elucidados.

Ele apresentou votos para que fatos como esse não se repitam mais



Nabor: “Infelizmente, crimes políticos em Alagoas já são quase uma rotina”

e pediu ao poder policial que se esforce para indiciar não só os executores, mas também os mandantes do crime.



Para o senador Arruda, atentado dá às autoridades a chance de demonstrar que “Alagoas não é território livre para o banditismo”

Ceci Cunha ficou conhecida pelo trabalho de assistência à população pobre de AL

Morta a tiros pouco depois de diplomada para o seu segundo mandato de deputada federal, a médica obstetra Josefa Santos Cunha, conhecida desde criança como Ceci Cunha (PSDB-AL), pretendia dedicar-se, a partir de agora, a projetos no âmbito da agricultura. Procedente do agreste do sertão, onde predomina a monocultura, ela tencionava trabalhar em projetos que diversificassem a produção dos minifúndios dessa região.

“Como médica, poderia ajudar muita gente. Como política, sei que ajudarei muito mais.” Com essa frase, Ceci Cunha explicava sua opção pela política, depois de passar 18 anos trabalhando junto a mulheres sem recursos, realizando partos e prevenindo doenças ginecológicas. Eleita sobretudo pelo apoio obtido na região de Arapiraca, ela recebeu votos de todos os municípios alagoanos e, no último pleito, foi a terceira mais votada, recebendo 55 mil votos.

A abordagem mais comum dos seus eleitores consistia na apresentação de crianças que ela ajudara a nascer. Foi em razão de seus esforços no campo da saúde que muitas providências foram tomadas no agreste alagoano para combater o mosquito da dengue. Ceci Cunha afirmava que costumava encher os olhos de lágrimas sempre que tinha a oportunidade de ajudar alguém necessitado de assistência à saúde.

Vereadora por seis anos, a deputada chegou a Brasília em 1995, para o seu primeiro man-



Eleita para o segundo mandato de deputada, Ceci fez da saúde a sua principal área de ação

dato de deputada federal. Nesses quatro anos, realizou um eficiente trabalho como integrante das comissões de Seguridade Social e Família, Desenvolvimento Urbano e Orçamento. Foi relatora de dezenas de projetos na área social. Aos 48 anos de idade, foi morta sem que seus familiares e amigos suspeitem de quem a matou.

“Não brigou com ninguém. Mesmo com seus adversários, teve sempre uma relação amigável. Nunca deixou de cumprimentá-los”, afirmava ontem seu chefe de gabinete. Ceci Cunha deixou uma obra publicada, *Tumores policísticos do fígado*.

Até o dia 1º de fevereiro, o suplente de Ceci Cunha será Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão do ministro da Justiça, Renan Calheiros. A partir da próxima legislatura, será Talvane Albuquerque (PMDB-AL).

Passarinho vê revanchismo da imprensa contra o AI-5

Há certo tom de revanchismo na maneira com que setores da imprensa debatem, hoje, a decretação do AI-5. A opinião é do ex-senador e ex-ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, Jarbas Passarinho. Em entrevista à TV Senado, Passarinho disse que o episódio deve ser analisado dentro do contexto político da

época, e não à luz da situação atual.

Para o ex-ministro, a medida, editada há 30 anos, se justificava plenamente, em função da existência de ações de guerrilha armada visando à derrubada violenta do governo. A entrevista com Jarbas Passarinho vai ao ar nesta sexta-feira, às 9h30, 12h30, 17h30 e 20h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Olímpica
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Transplante de medula
8h - *Saúde Todo Dia*. Atividade: Tênis
8h30 - *Jornal do Senado*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Brasília
9h30 - *Entrevista* - O ex-senador Jarbas Passarinho fala sobre os trinta anos do AI-5
10h - *Cores do Brasil* - o Cerrado
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Ginástica Olímpica
11h - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varela entrevista Jorge Fagundes. Assunto: Doenças venéreas
11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando uma entrevista com o ator Sérgio Brito e *Flashes* do seu espetáculo *Meninos, eu vivi*
12h - *Cores do Brasil* - o Rio de Janeiro
12h30 - *Entrevista* - O ex-senador Jarbas Passarinho fala sobre os trinta anos do AI-5
13h - *Cores do Brasil* - o Pelourinho
13h30 - *Consulta Marcada* - O programa fala sobre "acidentes na infância"
14h30 - *Palestra* - Juventude, crises como possibilidade de crescimento
15h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando a Ópera Puccini
16h30 - *Especial/Unip* - Assunto: Transplante de medula
17h - *Cores do Brasil* - a Serra dos Órgãos
17h30 - *Entrevista* - O ex-senador Jarbas Passarinho fala sobre os trinta anos do AI-5
18h - *Espaço Cultural* - Apresentando a Ópera Puccini
19h - *Palestra* - Juventude, crises como possibi-

dade de crescimento

20h - *Cores do Brasil* - Olinda

20h30 - *Entrevista* - O ex-senador Jarbas Passarinho fala sobre os trinta anos do AI-5

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - *Consulta Marcada* - O programa fala sobre "acidentes na infância"

22h - *Especial/Entrevista* - Com o parapsicólogo Pedro Grisa, sobre *Parapsicologia*

22h30 - *Especial/Unip* - O médico Dráuzio Varela entrevista Jorge Fagundes. Assunto: Doenças venéreas

23h - *Consulta Marcada* - O programa fala sobre "acidentes na infância"

0h - *Espaço Cultural* - Apresentando a Ópera Puccini

RÁDIO SENADO

HOJE

SÁBADO

10h30 - "Autores e Livros" - A entrevista desta semana é com a diretora da Biblioteca Demonstrativa do DF, Conceição Moreira Salles

11h - "A Música Erudita" - No programa, a primeira parte do "Oratório de Natal", de Johann Sebastian Bach, com a Orquestra de Câmara de Stuttgart

16h - "A Música do Brasil" - Uma nova coletânea de grandes nomes da MPB, como: *O gago apaixonado*, de Noel Rosa, e *Dois pra lá, dois pra cá*, de João Bosco e Aldir Blanc. Apresentação do senador Artur da Távola

20h - "Especial do Mês" faz uma homenagem aos 90 anos do compositor carioca Angenor de Oliveira, o Cartola

22h - "Brahms - Vida e Obra" - O programa traz a *Sinfonia nº 4*, em *Mi Menor* - *Opus 98*, com a Orquestra Sinfônica de Chicago. Apresentação do senador Artur da Távola

DOMINGO

11h - "A Música Erudita" (reprise)

17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)

19h30 - "Autores e Livros" (reprise)

22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Voto facultativo será tema do plenário em janeiro

Proposta do senador Sérgio Machado, relator da comissão da reforma política, será apreciada na convocação extraordinária

Aprovada pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, a proposta de emenda constitucional que institui o voto facultativo deverá ser apreciada pelo plenário do Senado em janeiro, no período da convocação extraordinária. Elaborada pelo relator da matéria na comissão, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a PEC resultou da junção de nove propostas que tramitavam na Câmara ou no Senado e mantém a obrigatoriedade exclusivamente para o alistamento eleitoral.

Conforme a justificativa do relator, à semelhança das principais democracias representativas, votar deve ser visto como o exercício de um direito da cidadania e não como uma obrigação. A obrigatoriedade do voto, por sua vez, seria um dos índices de autoritarismo político, correlação demonstrada pela instabilidade que caracteriza as instituições democráticas dos países latino-americanos: o voto obrigatório é adotado em 30 países, metade deles situados na América Latina.

Outro argumento favorável à adoção do voto facultativo estaria no reconhecimento de que ele já ocorre na prática das eleições brasileiras, tese que constava do relatório preliminar apresentado pelo relator e aprovado pela comissão. "De 1947

para cá, tivemos 20 projetos de anistia; de 1992 para cá, todas as eleições foram anistiadas. Nenhum de nós conhece alguém que tenha sido punido ou recebido pena por ter deixado de votar", registrou Sérgio Machado em seu relatório preliminar.

Além de não sofrer nenhuma sanção por não cumprir a obrigatoriedade de votar em todas as eleições, o eleitorado também teria tornado o voto facultativo ao comparecer às urnas, mas optar por não escolher representantes, anulando os votos ou deixando-os em branco. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições presidenciais de 1994 os votos nulos e brancos, mais as abstenções, atingiram 36,52%, índice que alcançou 40,19% em 1998.

Na justificativa da PEC constam também dois argumentos apresentados pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Adepto do voto obrigatório até o plebiscito de 1993, em que a maioria do eleitorado manifestou-se contra a adoção do regime de

governo parlamentarista e consolidou o presidencialismo, Fogaça disse ter percebido que "95% das pessoas que iam para os locais de votação não tinham clara idéia do que estavam votando". Foi então que concluiu, acrescentou, que o voto pode ser obrigatório, mas nada obriga um cidadão "a se deter, a estudar, a analisar, a avaliar um assunto complexo, como é o sistema de governo".

Outro argumento favorável ao voto facultativo, na opinião de Fogaça, estaria na sua contribuição para o aperfeiçoamento da democracia participativa, como o comprovaria o exemplo da Suíça - onde "fazem plebiscito para tudo". No Brasil, "estados, municípios e o próprio país poderão fazer com muito maior liberalidade e em número muito maior, plebiscitos e referendos", previu o senador.

De acordo com o relator da comissão especial, o Ibope concluiu, em 1996, que 64% dos eleitores apoiavam a adoção do voto facultativo.



Machado identifica o voto como um direito e não como obrigação

Saad contesta críticas a governo de Goiás

Com a afirmação de que o futuro governo de Goiás vai encontrar o estado em boas condições de governabilidade, o senador José Saad (PMDB-GO) rebateu as críticas feitas pelo governador eleito à atual administração. Segundo Saad, a folha de pessoal compromete apenas 67% da recei-



Saad afirmou que o estado está em boa condição de governabilidade

ta e o pagamento das dívidas consome 15%.

- O que não se aceita é o palavreiro fácil, cotidiano e tedioso de buscar razões para um caos que não existe. O que não se aceita é ver tanta realização jogada no chão como se tudo não passasse de um punhado de mentiras - afirmou Saad.

O senador defendeu a bancada do

PMDB, argumentando que o partido no estado tem três senadores, 11 dos 17 deputados federais, 23 dos 41 deputados estaduais, a maioria de prefeitos e vereadores. "Somos representantes de uma imensa e por demais significativa parcela da população. E não somos 'o governo passado'. Temos nome, família, endereço."

José Saad afirmou que fazia suas as referências feitas sobre o assunto pelo senador eleito Maguito Vilela em artigo publicado no jornal *O Popular*, de Goiânia.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Rádio Senado celebra Natal e 90 anos de Cartola

Os 90 anos de Angenor de Oliveira - o Cartola - serão comemorados pela Rádio Senado com um programa *Especial* sobre a vida e a produção musical do compositor. Participa do programa a professora Marília Barboza da Silva, autora do livro *Cartola, os Tempos Idos*. Segundo a escritora, sua obra retrata a sofrida trajetória do sambista, que só gravou o primeiro disco aos 65 anos.

Além da entrevista com Marília Barboza, o programa inclui 15 músicas de autoria de Cartola, algumas interpretadas por ele próprio e outras por seus intérpretes favoritos, como Paulinho da Viola. O ouvinte

também terá a oportunidade de escutar um depoimento em que Cartola fala sobre sua vida e obra.

O programa vai ao ar neste sábado, às 20h, e será rerepresentado no sábado seguinte, no mesmo horário.

Com a proximidade do Natal, a Rádio Senado também leva ao ar a primeira parte do Oratório de Natal, de Johann Sebastian Bach. O programa, apresentado pelo senador Artur da Távola, será transmitido nestes sábado e domingo, às 11h. A emissora leva ao ar nos dias 26 e 27 de dezembro uma interpretação do conto *Missa do Galo*, de Machado de Assis. A obra será o mote do programa

Autores e Livros, apresentado pela escritora Margarida Patriota, e transmitido no sábado, às 10h30, e no domingo, às 19h30.

Osmar Dias é autor do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego

O projeto de lei que cria o "Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego", aprovado pelo plenário do Senado, é de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), diferentemente do que constou, por equívoco, em matéria publicada na edição de ontem.